



Handwritten signature and initials

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCOFRA

Ata N.º 1/2023

Sessão Ordinária de 01 de abril de 2023

Ao dia um do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e três, nos termos da alínea b) do n.º 1, do art.º 54.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, reuniu pelas quinze horas e trinta minutos, em sessão Ordinária, a Assembleia de Autarquia de Freguesia de Alcofra, na Sede da Junta de Freguesia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Jorge Rodrigues Ribeiro Cid, com as presenças dos Jorge Rodrigues Ribeiro Cid, Sandra Manuela Ferreira de Figueiredo Rodrigues, Maria Isabel Almeida Lopes, Paula Cristina Henriques Correia Morais, Luís Miguel Henriques da Silva, Fernando Simões Dias, Ana Paula Ferreira Gonçalves, com a seguinte Ordem de Trabalhos:--

1. Período antes da Ordem do Dia:

- 1.1) Tomada de posse novo membro da Assembleia;
- 1.2) Eleição para segundo-secretário da Mesa da Assembleia;
- 1.3) Aprovação da ata da sessão anterior;
- 1.4) Apreciação da informação nos termos da alínea e) do nº 2 do art.º 9 da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- 1.5) Outros assuntos

2. Período da Ordem do Dia:

- 2.1) Aprovação de auto de delegação de competências da Câmara Municipal de Vouzela na Freguesia de Alcofra;
- 2.2) Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023;
- 2.3) Aprovação da Conta de Gerência de 2022;
- 2.4) Aprovação da Execução do PPI de 2022;
- 2.5) Aprovação do inventário da freguesia à data de 31/12/2022;
- 2.6) Aprovação da revisão ao orçamento de 2023;
- 2.7) Aprovação da revisão ao PPI de 2023.

3. Período de intervenção do público.

Ponto um

- I. **Tomada de posse de novo Membro da Assembleia:** tomou posse como membro da Assembleia, nos termos da lei, por renúncia ao mandato de Sílvio dos Anjos Nogueira, Ana Paula Ferreira Gonçalves.....
- II. **Eleição para segundo-secretário da Mesa da Assembleia:** após renúncia do segundo-secretário supramencionado, foi eleita por voto secreto, Ana Paula Ferreira Gonçalves com 5 votos a favor e duas abstenções.
- III. **Aprovação da ata da sessão anterior:** aprovada por maioria com 6 votos a favor, não tendo votado Ana Paula Ferreira Gonçalves, por não ter participado na referida sessão;-
- IV. **Apreciação da informação nos termos da alínea e) do nº 2 do art.º 9 da Lei 75/2013 de 12 de setembro:** A Presidente de Junta (PdJ) referiu que iria focar os pontos mais importantes da agenda de atividades previamente distribuída. Sobre o loteamento dos Agros referiu estar na posse da Junta as certidões permanentes e isenção de IMI, tendo pedido à Câmara Municipal de Vouzela (CMV) as plantas do loteamento. Referiu ainda uma reunião muito frutífera em Farves e Novais sobre prevenção de Incêndios e posteriormente foi realizado uma queimada promovida pela CIM Viseu Dão Lafões, concretizando uma prioridade da Junta a prevenção e combate aos incêndios florestais. Mencionou a importância do melhoramento dos acessos para a Torre Medieval de Cabo de Vila, pela sua relevância histórica e referência patrimonial da freguesia, assim concretizando uma promessa de anteriores mandatos à povoação local. Salientou uma reunião que teve com Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) para se realizar uma rede primária de faixas de gestão de combustíveis. Posteriormente foi referido pelo ICNF que a faixa seria alargada a Abelheira, Couto e Farves. Referiu a existência de um estudo específico sobre a área, anteriormente referida, mediante o histórico dos incêndios florestais. No registo do BUPI foi feito o cadastro de todos os Baldios exceto os do Espinho e da Meã. Referente à reflorestação dos baldios da Nogueira, irão ser realizados procedimentos para um concurso público. Este projeto é financiado em 85%, em que a verba inicial disponibilizada para o projeto será de 50% e o restante disponibilizado após a finalização do projeto. Acerca dos CTT foi adquirido um cofre para a sede da freguesia e realizada uma pré-avaliação às condições oferecida pela Junta de Freguesia, com o intuito de oferecer mais serviços à população, aguardando-se resposta sobre o assunto.....



v. **Outros assuntos.** Usou da palavra Paula Moraes tendo questionado sobre se tinha chegado o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e quais as ações a desenvolver pela Junta de Freguesia em caso do parecer ser negativo, considerando a proximidade com a época balnear e a escassa oferta de áreas de lazer; Iguualmente interrogou quais as ações tomadas pela freguesia em relação ao estado degradado do piso da Estrada Regional 333-2, tendo a PdJ respondido que ainda não há parecer da APA e que ligou para a Engenheira do Ambiente da Câmara Municipal de Vouzela a informar da fuga de esgotos na estação elevatória da Ribeira, cujo impacto ambiental inviabiliza a utilização do espaço de Lazer, colocando a hipótese de denunciar às entidades competentes se o assunto não for devidamente resolvido. Em resposta ao assunto do pavimento, a presidente refere que no dia 22 de novembro de 2022 foi enviado email com fotografias reportando o estado do piso. Antes de avançar para o ponto dois, o presidente da mesa informou a Assembleia da receção de uma carta de um advogado representante da Professora Luzia e Herdeiros, sobre o encaminhamento de águas pluviais junto a uma das suas propriedades, onde demonstra insatisfação por não haver resposta da Junta de Freguesia ao seu anterior ofício. Foi respondido pelo Presidente da Assembleia que em próxima reunião de Assembleia essa informação seria levada a conhecimento de todos os membros, mais afirmando que as prioridades da Junta de Freguesia na execução de trabalhos ou empreitadas não passam pela decisão antecipada da Assembleia, no pressuposto que o executivo estabelece prioridades de acordo com o senso comum. Perante isto, a PdJ confirma ter recebido uma carta do advogado onde pedia que o executivo se deslocasse ao local, o que foi feito. Sobre o encaminhamento das águas nada foi detetado que justificasse uma intervenção para melhoria, bem como informou ter sido dado resposta ao representante da professora Luzia e herdeiros.

Ponto dois

I. **Aprovação de Auto de Delegação de Competências (ADC) da Câmara Municipal de Vouzela (CMV) na Freguesia de Alcofra:** a PdJ referiu que nos termos da lei, o documento legal deveria ser Auto de Transferência de Recursos (ATR), no entanto considerando o avanço nas negociações optou por colocar em votação na reunião da Junta e submeter a aprovação na Assembleia. Para além das condições que constam no auto foi ainda prometido, verbalmente, ao vogal do executivo, Senhor José

Luís Silva

Gonçalves, o pagamento de 5,00 euros por eleitor da freguesia, mais o pagamento do montante referente ao CEI+ no trabalho Administrativo da Junta de Freguesia. O presidente da Assembleia esclareceu que em função das alterações produzidas pelo lei 50/2018 e 57/2019 as competências dos órgãos autárquicos foram alteradas, considerando que o documento legal que deveria estar a votação deveria ser um ATR, mas não existindo oposição dos membros da Assembleia concordou em submeter a votação o documento proposto pela Junta de Freguesia, sendo assim aprovado a auto de delegação de competências, por maioria com cinco votos a favor e duas abstenções de Luís Silva e Paula Morais;

II. Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023: a Presidente de Junta justificou a alteração ao mapa com a aprovação do Auto de Delegações de Competências, após a CMV ter informado só poder ceder um trabalhador, considerando que o mínimo necessário é de dois funcionários; a abertura de vaga no quadro de pessoal para Assistente Operacional (AO) a termo certo não onera futuros executivos, pelo que considerou ser a melhor solução. Luís Miguel interveio sobre o ADC, tendo manifestado a sua interpretação sobre a duração do mesmo, manifestando a sua opinião de que deveria ser exigida à Câmara Municipal a colocação de dois Recursos Humanos (RH) conforme consta na redação do mesmo, que vigoraria pelo período do mandato dos órgãos das Assembleias Municipais e de Freguesia, podendo ou não ser renovado em futuros mandatos; a PdJ informou que a CMV tem escassez de RH. O Presidente da Assembleia, depois de uma leitura mais atenta, considerou que o acordo, na redação vigente, o ADC renova-se automaticamente logo que se proceda à instalação de nova Assembleia Municipal, tendo Luís Miguel concordado com esta interpretação; seguiu referindo a situação anterior relativamente a cedência de dois trabalhadores da CMV à Junta de Freguesia, comparando a atual situação em que, Sílvio dos Anjos, contratado a uma empresa por adjudicação, utiliza equipamentos da Freguesia (Carrinha e Trator), questionando a base legal para utilização bem como cobertura de seguros para o efeito. Manifestou a preocupação com o impacto orçamental com a contratação de pessoal, que implicará a liquidação de todos os direitos numa contratação a três anos, mesmo considerando eventuais ressarcimentos da CMV; ponderou sobre se a contratação de empresas como a VerdeLafões ou Campiplanta, p.e.. A PdJ cedeu a palavra ao vogal Sr. José Gonçalves, que referiu que se chegou ao ponto de não existir pessoal para trabalhar, e que os atuais trabalhadores, como o Sílvio, não sendo especialistas nesta área de limpezas, têm dado



um bom contributo ao serviço da Junta. Informou que os seguros cobrem a utilização por terceiros de equipamentos da Junta, e que o Sílvio trabalha para uma empresa do filho contratada para o efeito. Luís Miguel considerou ser mais vantajoso outro tipo de adjudicação de trabalhos a empresas especializadas da região e que seria mais competitivo que a vinculação de trabalhadores, bem como a contratação com cedência de meios da Junta; a PdJ disse que face a custos anteriores esta solução é mais económica, tendo mapas de despesa que o poderá comprovar. Luís Miguel refutou, com base em consultas de mapas de despesa. A PdJ discordou com base em mapas de despesa de anteriores executivos, considerando que a adjudicação a empresas especializadas onera mais o orçamento, tendo dado exemplos. No entanto Luís Miguel, assim como Paula Morais consideram que os orçamentos não refletem os custos com utilização de equipamentos da Junta, não sendo correta a comparação de orçamentos com diferentes cadernos de encargos. Paula Morais questionou sobre o número de trabalhadores a ser cedidos pela CMV no âmbito do ADC, tendo a PdJ respondido que tem a informação que apenas cederá um, e que a Junta pretende contratar outro. Submetido a votação, foi aprovado por maioria com cinco votos a favor, um voto contra de Luís Miguel e uma abstenção de Paula Morais.

III. **Aprovação da Conta de Gerência de 2022.** Usou da palavra o Dr. Paulo Serra, Técnico Oficial de Contas (TOC) da Junta, que explicou os valores dos mapas e o seu enquadramento na ótica da Contabilidade Pública, operações de tesouraria, comunicação ao Tribunal de Contas, bem como especificidade das contas relacionadas com a prestação de serviços à população. Todos os mapas serão anexados à presente Ata. Submetida a deliberação a conta de gerência, foi aprovada por maioria, com 4 votos a favor, dois votos contra de Luís Silva e Paula Morais e uma abstenção de Paula Gonçalves;

IV. **Aprovação da Execução do PPI de 2022.** Aprovada por maioria com 4 votos a favor, dois votos contra de Luís Silva e Paula Morais e uma abstenção de Paula Gonçalves;

V. **Aprovação do inventário da freguesia à data de 31/12/2022.** A PdJ mencionou o aumento de artigos em inventário, como cadeiras e computadores, mencionou que a junta inventariou os artigos em armazém na arrecadação de Viladra (Brega). Submetido a votação, foi aprovada por maioria com 4 votos a favor e 3 abstenções de Luís Silva, Paula Morais e Paula Gonçalves;

Luís Silva
Paula Morais
Paula Gonçalves

Sessão Ordinária de 01 de abril de 2023

VI. **Aprovação da revisão ao orçamento de 2023.** O TOC da Junta, Dr. Paulo Serra, deu as explicações à Assembleia, referindo, entre outros detalhes, a incorporação do Saldo de Gerência e a aprovação do projeto de reflorestação da Nogueira e a cobrança de receita. A PdJ informou sobre a rubrica com aquisição de terreno, justificando com um projeto financiado a cem por cento para melhorar a praia da Senra. A aquisição de terreno está dependente de chegarem a acordo sobre preço dos mesmos, condição necessária para se avançar com o projeto. Submetido a deliberação, foi aprovada por maioria com 4 votos a favor, dois votos contra de Luís Silva e Paula Morais e uma abstenção de Paula Gonçalves;

VII. **Aprovação da revisão ao PPI de 2023.** A PdJ falou sobre a reflorestação da Nogueira para introduzir uma reunião com a Associação de Compartes do Caselho sobre limites da Freguesia com aquela povoação, por divergência de posse em faixas de floresta. Como o processo de reflorestação é muito rigoroso, a alteração de limites poderá levar ao cancelamento de cinquenta por cento da comparticipação, valor muito significativo em montante e posterior repercussão no orçamento da Junta. Optou-se por fazer uma reunião com a população da Nogueira e do Caselho. Submetido a deliberação, foi aprovado por maioria com 4 votos a favor, dois votos contra de Luís Silva e Paula Morais e uma abstenção de Paula Gonçalves.

Ponto 3

I. Usou da palavra **Hilário Fernandes**, falando sobre a posição da Junta na manutenção de caminhos na povoação do Espinho, da opção da população do Espinho em criar uma associação e construir uma sede para o efeito, com receitas geradas pela associação de compartes; mostrou discordância sobre a posição da Junta por esta considerar que existindo receitas das gestão dos compartes, a povoação deverá contribuir para a manutenção e apropriação de caminhos e outros itinerários; mais interrogou sobre quem autoriza a passagem de canalização em caminhos ou estradas, sendo que esta competência não compete à associação de compartes, mas sim aos órgãos autárquicos, concretamente à Junta de Freguesia. E que este assunto tem sido debatido ao longo do último ano. Mais questionou a junta sobre ter afirmado que não procederia à limpeza de caminho e estrada da Meã, tendo seguidamente procedido á sua limpeza, mostrando-se surpreendido pela incoerência e se valeria a pena participar em sessões da assembleia de Freguesia. Discorda do estado da limpeza da Freguesia considerando deficiente os

*Tei
Sandra
**

trabalhos nesta área. Sobre o Cemitério questionou o método de limpeza, chamando a atenção para campos que ficaram sujas com resíduos da limpeza por falta de cuidados. Questionou ainda sobre o festival da sopa seca e do porco no espeto, bem como sobre outros eventos de verão, e a não cooperação da Junta no melhoramento do largo do Espinho. Manifestou o seu desconhecimento sobre o financiamento das Comissões de Festas, perguntado qual era o critério neste âmbito. A Presidente respondeu que nunca chegou à Junta pedido para participar no melhoramento do largo do Espinho, informando ainda que o Regulamento para apoio às Comissões de Festas foi aprovado por unanimidade e está disponível para consulta.

- ii. **Jorge Fernandes**, do Espinho, falou sobre um Fontanário do Espinho em mau estado, com depósito e canalização rotos, numa extensão significativa, bem como a porta de entrada na mina. A PdJ afirmou que a Junta atuará logo que tenha disponibilidade para solucionar o problema.....
- iii. **Daniel Lopes**, disse ser motorista de pesados; interrogou sobre a razão de não estar um membro do executivo todos os dias no horário da tarde; a PdJ informou que pontualmente podem não estar, por razões profissionais ou por estarem ausentes da sede mas no terreno a tomar conhecimento dos diferentes problemas que surgem, mas que existem contatos telefónicos para o efeito; questionou a colocação de um sinal de trânsito junto ao acesso do átrio da Igreja, a proibir o estacionamento ao domingo, tendo sido já contactado para retirar a viatura de trabalho por estar a impedir a saída e o estacionamento de viaturas. A PdJ explicou que os idosos e pessoas com dificuldades de locomoção queixam-se à Junta de não terem onde estacionar o carro em dias de missa, o que os obriga a parquear mais longe ou na via rodoviária em dias de missas ou de cerimónias diversas mais concorridas. A PdJ informou ainda que o pedido enviado à CMV (entidade competente) foi efetuado em vinte e nove de dezembro, solicitando a pertinência de colocar um sinal no lugar, ao que a CMV anuiu. Daniel Lopes perguntou ainda da razão de só em dezembro de 2022 ter colocado o sinal; a PdJ reiterou que a responsabilidade pela sinalização é da CMV, tendo a Junta feito o pedido sobre a pertinência ou não de colocação do sinal, assim como foi pedido parecer para outros locais.
- iv. **Artur dos Anjos**, de Sanfins, perguntou à PdJ quantas vezes já mandou limpar o tanque, o fontanário e o lavadouro onde lavam a roupa em Sanfins; a PdJ respondeu que Sanfins tem água e saneamento ao domicílio, o que torna menos prioritário essas

Sessão Ordinária de 01 de abril de 2023

atividades, afirmando que foi limpo o ano passado e será limpo este ano. Artur dos Anjos afirmou que a Presidente só limpa onde vai a procissão, perguntando ainda quando é que vai ser limpo o lixo mandado colocar junto à casa do falecido Celestino. Ainda sobre a vinda da esposa para falar sobre fuga de água, lamentou a demora de quatro meses para ser resolvida a situação.....

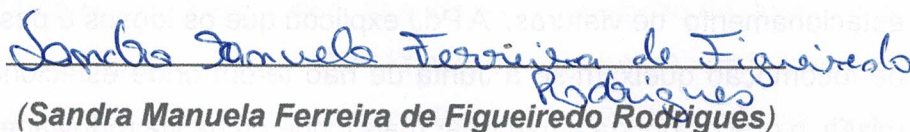
v. **Inês Campos** indagou sobre se ter sido afirmado que a Dona Almerinda trabalha para uma empresa, empresa essa que trabalhava para a Junta. Pedida explicação à PdJ, esta esclareceu a situação de cada trabalhador, informando que a Dona Almerinda trabalha a recibos verdes para a Junta.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Assembleia declarou encerrada a reunião pelas dezoito horas quarenta e cinco minutos. Para constar se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.....

Alcofra, 01 de abril de 2023

Os Membros da Mesa da Assembleia


(Jorge Rodrigues Ribeiro Cid)


(Sandra Manuela Ferreira de Figueiredo Rodrigues)


(Ana Paula Ferreira Gonçalves)